

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

TITTON, Cláudia Pauperio; Mestranda; Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo; Brasil; claudia@uarquitetura.com

LEITE, Carlos; Professor Doutor; Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo; Brasil; carlos@stuchileite.com

RESUMO

O trabalho tem o intuito de discutir o papel da arquitetura e do urbanismo como instrumentos de ação e transformação das cidades, na tentativa de situá-los ante as novas dimensões encontradas nos territórios das cidades contemporâneas, como fragmentação, retalhamento, desarticulação, terrenos vagos, fluidez e rede de fluxos, mediante a apresentação de reflexões, abordagens, noções e conceitos que tragam a arquitetura e o urbanismo à encruzilhada intelectual, uma vez que se tornam decisivos para a recuperação e o desenvolvimento de nossas metrópoles.

Palavras-chave: Arquitetura; urbanismo; cidade contemporânea; terrain vague.

ABSTRACT

The work is intended to discuss the role of architecture and urbanism as tools of action and transformation of cities in an attempt to locate them front of the new dimensions found in the territories of contemporary cities, such as fragmentation, shredding, disarticulation, vacant lands, fluidity and network fluxes through the presentation of ideas, approaches,

notions and concepts that bring the architecture and urbanism to the intellectual crossroads because they are crucial to the recovery and development of our cities.

Keywords: architecture; urbanism; contemporary city; terrain vague.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo discutir el papel de la arquitectura y el urbanismo como un medio de acción y transformación de las ciudades en un intento de ponerlos en frente a una nueva dimensión en los territorios de las ciudades contemporáneas, como la fragmentación, desarticulación, terrenos baldíos, la fluidez y red de flujos a través de la presentación de ideas, enfoques y conceptos que traen la arquitectura y el urbanismo a la encrucijada intelectual puesto que son críticos para la recuperación y el desarrollo de nuestras ciudades.

Palabras clave: arquitectura, urbanismo, ciudad contemporánea, terrain vague.

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA ARQUITETURA E DO URBANISMO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.

INTRODUÇÃO

A formação de uma economia global, o surgimento dos processos de automação e da forma informacional de produção econômica e gestão, a introdução de novas tecnologias na produção, comunicação e transportes, a globalização e as conseqüentes mutações sociais provocam profundas modificações na estrutura das cidades, atingindo especialmente os territórios antes produtivos, onde diversas estruturas vêm sendo sucessivamente desativadas, transferidas, ou têm seu pessoal e plantas reduzidos, gerando espaços ociosos em suas unidades.

O cenário atual oferece pouco espaço para transformações territoriais que se utilizem de conceitos como o bem comum, preservação ambiental e cultural e busca de soluções arquitetônico-urbanísticas adequadas e permanentes, as quais têm retorno em longo prazo.

Temos novos fenômenos agindo sobre o território das cidades, e, apesar de nossa desorientação, sabemos que tudo é absolutamente real, que é parte do dinamismo mais ativo do mundo atual e que a globalidade já não nos permite mais escapar com o alibi das culturas regionais nem com as culturas historicistas. Conforme complementa o crítico catalão Ignasi de Solà-Morales (2002), a realidade, novamente, está além de nossos conhecimentos. Encontramo-nos diante de fatos que põem em juízo a arquitetura e sua capacidade de compor com essa forma de cidade ativa, expansiva.

Nesse momento, porém, temos a possibilidade de discutirmos o papel do urbanismo e da arquitetura contemporâneos, fortalecendo-o e dotando-o de novas ferramentas para o enfrentamento dos desafios impostos pela metrópole de nossos dias.

A cidade, hoje, deve ser compreendida de acordo com novos conceitos e ferramentas de entendimento, que contemplem a análise de fluxos e tecnologias e que permitam a compreensão e interação com as verdadeiras mutações pelas quais passamos, que, segundo François Ascher (2010, p. 8)

[...] implicam e tornam necessárias mudanças importantes na concepção, na produção e na gestão das cidades e dos territórios; elas trazem ao debate mais atual uma nova revolução urbana moderna, a terceira depois daquelas da cidade clássica e da cidade industrial.

1. DESENVOLVIMENTO

Penso que é curioso a arquitetura e o urbanismo serem sempre colocados par a par, porque acho que não só são radicalmente diferentes, como são na realidade opostos. Penso que a arquitetura é uma forma desesperada de exercer controle e o urbanismo é a não concretização dessa tentativa. [...] Penso que não estamos diante de uma nova arquitetura, porque simplesmente não estamos, mas confrontamo-nos com uma condição que nunca existira antes, não só no seu crescimento, mas também pelos resultados completamente novos que o processo de urbanização está a criar (KOOLHAAS; OBRIST, 2009, p. 51-52).

A partir dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até os anos 1960, as paisagens urbana e arquitetônica concebiam-se como o conjunto de lugares em que vive, existe e sucede a vida urbana; ou seja, a partir de uma noção existencial da experiência direta, corpórea, contígua percebiam-se os lugares.

Hoje, a interação entre o campo real e a produção de formas, de espaços e de lugares constitui um fenômeno decisivo na modificação de nossas referências: na medida em que esses lugares, formas e espaços podem ser descritos de maneira precisa, mesmo que

virtualmente, passam a fazer parte de nosso mundo, porque o virtual não só existe, como é algo potencialmente capaz de se converter em plena realidade.

Como nos sugere Ignasi de Solà-Morales (2002), comprovamos que a cidade é muito mais do que seus edifícios e suas arquiteturas. O âmbito do construído parece ir muito além do que estabelecem os sistemas tridimensionais aos quais atribuímos o nome de arquitetura.

Redes de transporte, vias, espaços de reserva para movimentos logísticos de mercadorias, áreas de proteção da natureza, espaços virtuais para comunicação e entretenimento constituem-se, hoje, em parte fundamental da vida urbana. Todas elas costumam não só escapar da atuação profissional do arquiteto, como, dificilmente, os instrumentos tradicionais de análise e projeto arquitetônico têm capacidade para afrontar e dar respostas a tais situações.

Carlos Leite (LEITE; MARQUES, 2011) acrescenta que um dos maiores problemas para a compreensão urbana das novas formas que o território adquire é a imensidão de sua escala, que aparece nas reflexões de Rem Koolhaas (2010, p. 24) como a “grandeza” que torna impossível animar, intencionalmente, a massa total de um objeto ou território. Conforme o autor, a sua vastidão esgota a necessidade arquitetônica de decidir e determinar, fazendo que algumas zonas “fiquem de fora, livres de arquitetura”.

Como consequência da manifestação desse conceito no campo das edificações, Koolhaas (2010, p. 18) aponta que “a distância entre o centro e o invólucro aumenta até ao ponto em que a fachada já não revela o que acontece em seu interior”. As arquiteturas de interior e exterior tornam-se projetos independentes, onde uma se confronta com a instabilidade das necessidades programáticas e a outra oferece à cidade a aparente estabilidade de um objeto. Ou seja, o que vemos não é mais o que nos mostraram. Para o autor, estão contidas nessas afirmações diversas rupturas: com a escala, com a composição arquitetônica, com a tradição, com a transparência e com a ética, o que faz que a “grandeza” já não faça parte de nenhum tecido urbano, já que o que importa é o impacto que causa, e não sua qualidade. “Existe; quando muito coexiste. O seu subtexto é que se lixe o contexto.”

A Grandeza já não precisa da cidade; ela compete com a cidade; ela representa a cidade; ela se antecipa à cidade; ou, melhor ainda, ela é a cidade. Se o urbanismo gera

potencial e a arquitetura o explora, a Grandeza garante a generosidade do urbanismo contra a mediocridade da arquitetura (KOOLHAAS, 2010, p. 26).

Entre os desafios impostos pela mudança das escalas urbana e arquitetônica, comentadas anteriormente, está a generalização do “caos urbano” presente em nossas maiores metrópoles que torna as conceituações acerca da imagem da cidade, da percepção ambiental e das formas de seu mapeamento mais fortes do que à época em que foram lançadas pelo urbanista Kevin Lynch, em 1960, como nos lembra Leite e Marques (2011).

Lynch desenvolveu um conceito sobre imagens mentais que formariam a memória coletiva, podendo ser analisada mediante atributos urbanos comuns, como percursos, limites, distritos, nós e marcos referenciais. Essa foi a base para a posterior formulação de conceitos de percepção ambiental e de mapeamento cognitivo – o processo no qual a mente humana adquire, codifica e armazena informações advindas do ambiente espacial – que procuraram avaliar as leituras perceptivas que os habitantes fazem dos espaços urbanos,

através do pressuposto básico da existência de uma representação mental interna inerente a todo indivíduo que lhe possibilita, além da percepção imediata multi-sensorial do ambiente, acrescentar-lhe significado e valores que formarão sua avaliação ambiental e o conduzirão, conseqüentemente, a ações, comportamentos do indivíduo no ambiente, formando assim um completo processo de cognição ambiental (LEITE, 2002, p. 61).

Assim, as imagens mentais poderiam, em sendo analisadas, revelar imagens públicas ou coletivas importantes para identificar atributos urbano-arquitetônicos positivos ou negativos, bem como marcos referenciais para a coletividade ou paisagens urbanas pobres e sem significado. Dessa forma, as pesquisas servem como instrumental para uma adequada implementação de um desenho ou projeto urbano que, de fato, responda aos anseios da população usuária.

Os espaços atuais da cidade contemporânea, residuais, intersticiais, fragmentados, sobrepostos, indefinidos, dificultam, porém, a leitura e o entendimento da cidade e não mais permitem uma intervenção da arquitetura confortável, eficaz ou contínua, como postulava o modelo iluminista do movimento moderno. Sem dúvida, deve-se dar atenção à

continuidade, mas não à da cidade planejada, eficiente e legitimada, e sim por meio da escuta dos fluxos, das energias, dos ritmos que, ao passar do tempo e da perda dos limites, têm se estabelecido.

Intencionando entender e problematizar a complexa rede de interações no interior da qual a arquitetura e o urbanismo de nosso imediato futuro deverão ser capazes de reconhecer a cidade contemporânea, Solà-Morales (2002) nos oferece cinco conceitos: a forma da mudança — mutações —; a forma do movimento — fluxos —; a forma da residência — habitações —; a forma de intercâmbio — *contenedores* —; e, por fim, mas não menos importante, a forma da ausência — *terrain vague*, espaços urbanos também chamados de *wastelands*, *brownfields* ou “terrenos vagos” que começam a surgir, especialmente, após as transformações oriundas do sistema capitalista na década de 1970.

Nesse caso, a palavra francesa *Terrain* refere-se a uma extensa e pouco precisa porção de área urbana em sua posição expectante, potencialmente aproveitável, que contém algum tipo de definição em sua propriedade à qual somos alheios. Já a palavra *Vague* tem duplo sentido (ou significados complementares). Em sua origem germânica, refere-se às ondas da água e, portanto, a algo que não se pode deter, como o movimento, a oscilação, a instabilidade, a flutuação. Já suas origens latinas vêm a se referir ao vácuo, ao vazio, à ausência, mas especialmente ao não ocupado, ao que está livre, disponível para o encontro, para o espaço do possível. Também como indeterminado, impreciso, sem limites claros, incerto, vago.

Em geral constituem-se de áreas produtivas que perderam boa parte de suas funções, tornando-se obsoletas ou inutilizadas. Por vezes chegam a se tornar guetos de degradação urbana, social e ambiental.

Trata-se de espaços subutilizados com mais significado passado do que presente, peças do interior de uma cidade que ainda se encontram fora da lógica utilitarista organizacional. Constituem um modo diverso de caracterizar a arquitetura por meio da ausência, da subutilização, do abandono (SOLÀ-MORALES, 2002).

Mesmo que, frequentemente, sejam lugares de difícil apreensão na percepção coletiva dos cidadãos, costumam ser dotados de forte memória urbana, levando grupos sociais concretos a resistirem a renovações que impliquem sua transformação, como ocorre com

moradores do bairro Poblenou, em Barcelona, em relação às modificações da área causadas pelo reconhecido projeto “@22”. Talvez simplesmente porque esses grupos encontrem nesses espaços sua identidade.

A aproximação convencional da arquitetura e do desenho urbano a esses lugares (ou edifícios) inoperantes intenciona quase que sempre reintegrá-los mediante projetos e inversões que os reinsiram à trama produtiva dos espaços urbanos da cidade eficiente, princípio pelo qual, de certa forma, agem as propostas de clusterização. Como se o destino da arquitetura fosse sempre o de colonizar, de impor formas, funções, limites, ordem, introduzindo ao espaço elementos de identidade necessários para torná-lo reconhecível, universal. Alguns autores acreditam que, ao sujeitar tais espaços ao planejamento de reintegração, anula-se o valor de sua vacuidade e de suas ausências, que são justamente o que necessitaria ser resguardado aos lugares da memória e da ambiguidade. São os espaços que foram preservados do crescimento da cidade que são agora percebidos como redutos, como contraespaços, como espaços de liberdade, de indefinição.

Diferentemente do que se praticava quando da construção da cidade moderna, onde as arquiteturas se portavam como artefatos novos, eficazes e tecnificados que se impunham na cidade, descontextualizadas, ignorando entornos construídos ou intangíveis (como a memória coletiva de lugar), Solà-Morales, pelo conceito de *terrain-vague*, convida-nos a olhar com sensibilidade para esses locais preexistentes e sugere que se dê a eles tanta atenção quanto se dá à inovação, para assim viabilizar o sentimento de confiança de uma vida urbana complexa e plural.

Nesse sentido, Paul Dieter Nygaard (2010), mesmo que tendo seu estudo focado na cidade de Porto Alegre, estabelece uma importante relação entre a conscientização da importância do fator cultural promovido por locais como esses, bem como por edificações patrimoniais, e a minimização da insegurança. Para o autor, trata-se da promoção e preservação de áreas e ambientes capazes de assegurar ao espaço sua visibilidade e entendimento como parte da cidade, respeitando e promovendo a força de sua expressão histórica e cultural, fortalecendo a sua relação com a sociedade e não permitindo que a verticalização ou a densificação decretem o seu desaparecimento físico ou visual. Assim, esses espaços agregariam valor à rua e às edificações, estimulando a sensação de identificação da população com os lugares e, conseqüentemente, seu zelo pela cidade.

Entretanto, para autores como Richard Rogers e P. Gumuchdjian (2001), Rem Koolhaas (2010) e Richard Florida (2010), preservar a carga história de grandes áreas das cidades pode ser bastante problemático.

O primeiro autor argumenta que a preservação deve ser desconsiderada quando sufocar a inovação, pois é importante insuflar a vida em nossas cidades. Complementa que, quando o espaço tiver precedência sobre as pessoas, teremos herança e não história (ROGERS, 2001).

Já Koolhaas (2010) afirma que exaltar a história, ou lamentar-se pela falta dela, é um reflexo entediante na cidade contemporânea, habitada do modo mais eficaz por pessoas e processos, onde na maioria dos casos a presença da história limita seu rendimento e o puro aproveitamento de seu valor teórico como ausência.

Enquanto isso, Florida (2010) questiona a validade dos investimentos em salvamentos de espaços produtivos subutilizados uma vez que promove a priorização do espaço sobre as pessoas.

Quanto às origens dos *terrains-vague*, Carlos Leite (LEITE; MARQUES, 2011), autor que faz grande uso da expressão, acredita estarem na desindustrialização metropolitana do final do século XX e das grandes transformações que os territórios vêm sofrendo ao passar de cidade industrial para pós-industrial, abandonando imensas áreas de atividades secundárias. Além disso, resultam também das mal planejadas intervenções rodoviaristas, como as áreas residuais presentes no tecido urbano tradicional cortado por gigantescos sistemas de vias que se configuram em cicatrizes urbanas e terras de ninguém; e no palimpsesto, ou seja, nas mutações urbanas recorrentes, que se sobrepõem umas às outras, sem lógica histórica, gerando camadas urbanas de novos usos e programas no território consolidado e terrenos vagos nos seus interstícios.

Como se pode observar, hoje, a discussão sobre a cidade atual concentra-se em torno de pensar no que há, entendermos quais os mecanismos que estão agindo e produzindo a arquitetura contemporânea, explorá-los e manipulá-los para, especialmente, propor novas maneiras de enfrentar os desafios que vêm surgindo.

Nesse sentido, a definição clássica da arquitetura, baseada nos conceitos vitruvianos e que está ligada ao saber e à técnica da permanência, não mais se justifica na cidade

contemporânea. Carecemos de instrumentos de controle do espaço/tempo/evento que é o lugar dos fluxos.

Só uma arquitetura do dualismo, da diferença, da descontinuidade, instalada na continuidade do tempo, pode fazer frente à agressão angustiada da razão tecnológica, do universalismo telemático, do totalitarismo cibernético, do terror igualitário e homogeneizador (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 192).

Conforme sugere o autor, parece manter-se a ideia de que os arquitetos são pessoas implicadas diretamente com a cidade. Não são os únicos, certamente, que pensam e fazem a cidade, tampouco são todos que têm sensibilidade para tanto. Mas pode-se dizer que, hoje, espera-se de alguns arquitetos que tenham algo a dizer sobre a cidade existente, e, com maior precisão, que tenham algo para propor em uma situação de desorientação e de falta de objetivos consensuais.

A forma de se fazer a cidade, porém, tem sido marcada pelas arquiteturas emblemáticas que, como as modas, são uma resposta técnica e figurativa a requerimentos bem delimitados pelas possibilidades de uma situação particular. O que essas arquiteturas sedutoras e atrativas têm a dizer, segundo o autor, é que se está privilegiando uma cidade composta

[...] de objetos singulares, cheia de episódios emocionantes perdidos no magma gris da produção comum. A cidade dificilmente poderia suportar a concentração de experiências sublimes, e tanto o tempo como as metamorfoses do gosto se ocupam de dar uma vida efêmera a estes faros de estimulação estética carregados com potentes mensagens hedonistas (SOLÀ-MORALES, 2002, p. 28)

Desse ponto de vista, haveria, nesses objetos, uma ideia de cidade que tem a ver com o individualismo próprio de nossa cultura, da luta por alcançar uma posição mais destacada e por exigir uma atenção exclusiva. A cidade das arquiteturas estelares é a cidade dos vips, das estrelas, das classificações Forbes ou Guinness, da luta feroz entre qualquer tipo de produtos. Resulta disso uma cidade fragmentada em mil pedaços, na qual, cada um deles, busca um lugar ao sol. Uma cidade onde os entornos, as relações, o conjunto e as estruturas não podem ter alívio, nem demasiada forma, porque eclipsariam o verdadeiro confronto individual, entre empresas, políticos e grupos (SOLÀ-MORALES, 2002).

A arquitetura da grande cidade, hoje, é feita pelos grandes operadores e grandes projetos. Aqueles que, pela ressonância, pelo reconhecimento e pela admiração que suas propostas provocam, marcam a pauta da construção da cidade também no competitivo e livre mercado contemporâneo.

Felizmente, porém, essa não é toda a arquitetura contemporânea. Há uma ampla experiência, sobretudo europeia, mas também na América Latina, na qual, sob o nome comum de projeto urbano, se pode reunir o trabalho de arquitetos, que desde os anos 1960, têm feito de seus projetos uma problemática mais ampla: a de fazer da intervenção, uma ocasião para produzir parte da cidade.

Poderíamos incluir nesse grupo, em que os traços da arquitetura e os da cidade parecem buscar-se com a intenção de se fazerem solidários, Álvaro Siza, Rafael Moneo, Manuel de Solà-Morales, Oriol Bohigas, Herzog, e de Meuron, Enric Miralles, e mais recentemente, as equipes do OMA, MVRDV, UN Studio e Bjarke Ingels Group, que vêm pensando a cidade de forma ímpar. Tomando como base o já experimentado, tratam de ordenar, reconhecer, articular, integrar o novo com o existente reinterpretado, o conhecido com a inovação, onde a arquitetura parte de dados que estão na cidade, tomando-os seletivamente vínculos do próprio projeto ao tempo em que esse se propõe como resposta a um estado de coisas que previamente se entende como inacabado, por resolver.

Há quem diga que a dependência exclusiva desse modo de operar ressinta-se de inovações, já que a cidade se interpreta como topografia e lugar, como referente existente, como tradição e continuidade. O que não é de todo verdade.

Por fim, e ainda visando uma melhor compreensão da cidade contemporânea e das formas atuantes de arquitetura e urbanismo, algumas noções merecem ser abordadas, uma vez que suas abordagens se fazem comuns entre diversos autores:

- O conceito de *bigness*, dificilmente traduzido, referencia-se à nova escala dos problemas metropolitanos e também das arquiteturas. As grandes infraestruturas, os terminais de transportes etc., que constituem uma cultura de consumo massivo, tipos para os quais a arquitetura convencional não parece ter proposições especialmente adequadas. Essa mudança de escala é qualitativa, afeta o modo de projetar e coloca a arquitetura diante de processos inimagináveis no passado, detectando para a cidade atual, a metrópole

inacabável e difusa (SOLÀ-MORALES, 2002). Assemelha-se ao conceito de Grandeza de Koolhaas, apresentado anteriormente.

- A noção de genérico, como contraponto à obsessão pelo específico, local, diverso e pitoresco, por meio da qual se pretende chamar a atenção para as decisões estruturais e aos metaprojetos, dentro dos quais os projetos específicos se produzirão, em outros momentos, como partes integrantes do todo. Koolhaas (2010) aborda esse aspecto quando se reporta à “cidade genérica”. Para o autor, o genérico é o que sobra quando se remove a “identidade”, vista pelo autor como forma de partilhar o passado e, portanto, uma proposta “perdedora”, uma vez que, quanto mais forte for a identidade, mais nos aprisiona, mais resiste à expansão, à interpretação, à renovação e à contradição, já que a mesma centraliza, insiste numa essência.

Para Koolhaas (2010), uma cidade genérica é uma cidade sem história, suficientemente grande para que caibam todos e tudo. É fácil e não necessita de manutenção: se tornar-se pequena, expande-se, se ficar velha, autodestrói-se e se inventa outra. É superficial e “[...] igualmente emocionante – ou pouco emocionante – em toda a parte” (KOOLHAAS, 2010, p. 35). É serena, e tal característica é alcançada mediante a evacuação do domínio público, que só alberga os carros. Tem nos aeroportos seus elementos mais singulares, é multirracial e multicultural, onde o planejamento não faz nenhuma diferença, já que os edifícios podem simplesmente colocar-se bem ou mal. Todos florescem e morrem de maneira imprevisível, as populações multiplicam-se e de repente desaparecem. Assim como grandes setores de cidade que desaparecem sem que ninguém lamente.

O neovanguardismo pelo qual a figuração é atendida a partir da criação radical que se produz, sobretudo, nas artes plásticas. Uma mescla de conceitualismo e populismo, de proporções e relações que intencionam propor as imagens da cidade nova, que se faz a toda velocidade, desenfreadamente, em muitas partes do globo. Novidade, inovação e nova produção parecem ser as obsessões de quem desconfia dos continuísmos tradicionalistas e dos cuidados protetores do projeto urbano.

E a arquitetura líquida, uma tentativa de Solà-Morales de definir a necessidade de captar, via projeto, todas as energias e dinâmicas que configuram nosso entorno atualmente, por meio do qual se privilegiam o cambio e a transformação, sendo difícil pensar em termos de formas e materiais estáveis, ou definições fixas e permanentes de um espaço. Mais que

contestar o tempo, como vemos na arquitetura clássica, a tarefa da arquitetura contemporânea consiste em dar forma física ao tempo. O que não se trata de uma tarefa fácil.

Em suma, está claro que a nossa civilização tem abandonado a estabilidade mediante a qual o mundo representava a si mesmo em tempos passados. A vida moderna está mudando mais rapidamente do que os edifícios que a abrigam. Alguns portos não comportam mais as novas funções portuárias, tornando-se obsoletos; fábricas são desocupadas pelo deslocamento da base econômica mundial para o setor de serviços; sistemas de transporte (de massa, construídos para atender aos trabalhadores fabris) tornam-se inadequados à flexibilização da jornada e do local de trabalho; bairros são valorizados e desvalorizados conforme flutuações do mercado; edifícios inteiros em zonas centrais são abandonados; muitas das atividades diárias são realizadas virtualmente, tornando-se independentes dos lugares que antes as abrigavam. Um local projetado hoje como um centro financeiro pode precisar transformar-se, em breve, em um escritório ou em uma universidade, e os milhares de estádios que vêm sendo construídos pelo mundo, com pretexto de sediarem copas do mundo, serão implodidos quando o futebol sair de moda.

Assim edifícios fáceis de serem modificados terão vida útil mais longa e representam uma gestão mais eficiente de recursos. Porém projetar tendo em vista a flexibilidade de uso dos edifícios inevitavelmente desloca a arquitetura das formas fixas e perfeitas (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2001, p. 74)

Os questionamentos quanto à existência de uma arquitetura que corresponda e dê forma à mudança e que assuma assim um compromisso com a fluidez que marca toda a realidade, ou que aspire não à ordem social, mas ao movimento e à duração, que seja mais do tempo, do que do espaço, levam Solà-Morales (2002) à proposição da “arquitetura líquida”, numa tentativa de oferecer instrumentos para controlar o lugar dos fluxos. Uma noção que, apesar de carregada de excessiva carga teórica, de definição abstrata e difícil aplicação prática, viria para atuar no vácuo da arquitetura atual.

Uma arquitetura baseada na intuição e na multiplicidade da experiência dos espaços e dos tempos há de se fundar nessa continuidade múltipla na qual os acontecimentos não fixam objetos, nem delimitam espaços, nem detêm o tempo. Ao contrário, a experiência atual converte os espaços fixos em permanentes dilatações, da mesma maneira que o que eram

tempos cronometráveis se convertem em fluxos. Essa reivindicação da intuição e da multiplicidade indica que hoje podemos pensar a arquitetura desde categorias não fixas e sim cambiantes e múltiplas, capazes de reunir, em um mesmo plano, experiências diversas que nada têm de excludentes nem de hierarquizadas. Uma arquitetura líquida, em vez de uma arquitetura sólida, é aquela que substitui a firmeza pela fluidez, a primazia do espaço, pela primazia do tempo. Que não está dirigida à representação, nem ao espetáculo, e sim que se dobra sobre si mesma, sem se preocupar com sua aparência ou imagem exterior, que manipule a contingência de acontecimentos e estabeleça estratégias para a distribuição de indivíduos, bens ou informação (SOLÀ-MORALES, 2002).

O que significa, antes de tudo, um sistema de acontecimentos nos quais espaço e tempo estão simultaneamente presentes como categorias abertas, múltiplas, não redutivas, organizadoras, e sim como composição de forças criativas.

Um sistema, como defende François Ascher (2010, p. 18), “adequado aos desafios e às formas atuais de pensar e de agir nessa terceira modernidade”.

Um “neourbanismo”, onde o processo de individualização, proporcionado pelas tecnologias de informação e comunicação, seja considerado, devendo haver variedade e personalização das soluções. Que considere sistemas técnicos mais complexos e onde os equipamentos coletivos se integrem de maneira nova a essa noção do individualizado, misturando intervenções públicas e privadas, concebendo espaços de diversas dimensões sociais e funcionais. Um urbanismo reativo: de precaução, flexível, reflexível, multifacetado, negociado, aberto, convergente, sintonizado com as dinâmicas da sociedade e multissensorial, que enriqueça a urbanidade local (cf. ASCHER, 2010)

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 104 p.
- FLORIDA, R. L. O grande recomeço: as mudanças no estilo de vida e de trabalhos que podem levar à prosperidade pós-crise. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 235 p.
- KOOLHAAS, R. Três textos sobre a cidade. Barcelona: Gustavo Gili, 2010. 112 p.
- KOOLHAAS, R.; OBRIST, H. U. Rem Koolhaas conversas com Hans Ulrich Obrist. Barcelona: Gustavo Gili, 2009. 96 p.
- LEITE, C. Fraturas urbanas e a possibilidade de construção. 2002. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LEITE, C.; MARQUES, J. Cidades sustentáveis, Cidades inteligentes. Porto Alegre: Bookman, 2011(no prelo).
- NYGAARD, P. D. Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. 191 p.
- ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. 180 p.
- SOLÀ-MORALES, I. Territorios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. 204 p.